

Entre Vistas e Olhares

Michel Alves Ferreira

E-mail: maferreiragi@gmail.com
Universidade Tecnológica Federal do
Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

Lindamir Salete Casagrande

E-mail: lindasc2002@gmail.com
Universidade Tecnológica Federal do
Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

Megg Rayara Gomes de Oliveira
fala aos
Cadernos de Gênero e Tecnologia

Esta é uma edição especial dos Cadernos de Gênero e Tecnologia. Nela apresentamos a edição temática Gênero, Raça e Feminismo Negro que contou com diversos artigos sobre a temática e que nos levaram a refletir como a questão étnico/racial permeia a nossa sociedade. Nada melhor do que começar este número dos CGT com a entrevista de Megg, travesti, negra, professora, doutora. Sem dúvidas, Megg é um exemplo de como a educação pode mudar a vida de uma pessoa. Sua persistência, que muitos/as chamariam de teimosia, em se manter na escola apesar das adversidades, dos preconceitos e discriminações que se apresentaram durante toda sua trajetória escolar a trouxe até o espaço que ocupa hoje. Seu posicionamento firme e consciente, acerca da realidade que pessoas que não se encaixam nos padrões construídos histórica e socialmente como normal enfrentam, é fundamental para que possamos nos construir como cidadãos e cidadãs que vivam em uma sociedade plural respeitando a todos e todas dentro de suas singularidades.

Megg compartilha conosco um pouco de sua trajetória de vida, suas lutas, suas superações e seu conhecimento. Cabe destacar que Megg se insere em um grupo que sofre múltiplas formas de manifestações de preconceito e de violências. Ser negra e travesti a coloca em dois universos muito perigosos no Brasil na atualidade, o que não deve ser analisado em separado quando pensamos em políticas públicas, ativismos e produção de conhecimento, urgindo um olhar interseccional. Vemos uma onda crescente de intolerância com relação a população negra e LGBT e sua própria existência é, sem dúvidas, uma forma primeira de resistência. Sendo assim, a trajetória de vida de Megg precisa ser conhecida e reconhecida e esta entrevista nos oportuniza que isso aconteça.

A trajetória de Megg é, sem dúvidas, inspiradora para que mais pessoas negras, homossexuais, transexuais, travestis, busquem a educação e a luta como forma de transformar suas expectativas de vidas. A história de vida de Megg pode transformar outras vidas.

Desejamos a nossas leitoras e leitores uma boa leitura e reflexão sobre as temáticas que perpassam a entrevista de Megg. Vamos a entrevista.

CGT - Queremos inicialmente agradecer a sua presteza e disponibilidade em colaborar com esta seção temática dos Cadernos de Gênero e Tecnologia. Saber um pouco mais de sua vida, trajetória, sonhos, pensamentos e posicionamentos diversos nos deixará imensamente gratas/os, além de proporcionar uma reflexão que contribua para os estudos sociais de gênero, ciência e tecnologia, tão fundamentais e determinantes para se entender o controle dos corpos pelas diversas instituições/grupos sociais.

CGT – Para começar, gostaríamos que nos contasse um pouco da sua história familiar, acadêmica e profissional. Gostaríamos de mergulhar na sua história.

Megg - Nasci e cresci no interior do Paraná em Cianorte, uma cidade que hoje deve ter aproximadamente 80 mil habitantes. Meus pais são do interior de Minas Gerais e migraram para o Paraná na década de 1950 logo depois que se casaram.

Nasci na zona rural, assim como meus quatro irmãos e minhas três irmãs. Uma das minhas irmãs morreu antes de completar 3 anos. Sua única foto foi tirada no caixão, durante o velório sala de casa ao lado do meu irmão e da minha irmã mais velha, como lembrança. Eu ainda não havia nascido e essa fotografia cuidadosamente emoldurada acompanhou minha infância pois ficava na parede da sala, até que o tempo se encarregou de destruí-la. A moldura da foto está comigo atualmente.

Não sei quantos anos eu tinha quando nos mudamos para cidade, mas me lembro que tinha menos de 5 anos, período em que brincava na rua com uma toalha de banho amarrada na cabeça imitando uma peruca. Não me lembro de sofrer retaliações por conta disso.

Foi na escola que fui apresentada às normas de gênero de maneira violenta: filas para meninos e meninas; banheiro pra meninas e meninos... o controle sobre meu corpo se materializava e aumentava à medida que eu ficava mais velha.

Entre os 12 e 13 anos era uma pessoa assustada, que não confiava em ninguém. O desenho apareceu na minha vida como possibilidade de fuga e comunicação. Tinha medo de falar em público, não olhava para frente, vivia cabisbaixa com medo de tudo.

Passei por todo o ensino fundamental desenvolvendo estratégias de enfrentamento para continuar estudando, mesmo odiando a escola. Não tinha amigos. E todos os anos enfrentava a dificuldade de ir para a escola sem materiais escolares. Faltava cadernos, faltava livros, faltava uniforme, faltava calçado. Na quinta série copieiei os livros de “ciências” e “estudos sociais” praticamente inteiros...

Meu pai foi assassinado quando eu tinha 12 anos. Foi uma situação estranha. Não teria meu pai por perto, mas também não teria mais brigas quando chegasse bêbado, como acontecia quase todos os dias. Não teria mais os moleques da rua gritando e fazendo chacota quando ele surgisse cambaleando na rua sem asfalto em direção a nossa casa. Não teria mais que inventar histórias para explicar por que ele não trabalhava e não nos dava nenhuma atenção.

Não consegui me despedir dele. Não consegui olhar meu pai no caixão. Nem mesmo o caixão eu consegui olhar. Meus irmãos mais velhos insistiam para que eu me despedisse, mas não, me faltou coragem.

Essa é uma parte da minha história que precisa ser revisitada. Nunca entendi por que meu pai não era pai como os outros. Ele não sabia o que acontecia com a gente e também não queria saber.

Nessa época eu havia abdicado de qualquer projeto de futuro e só pensava em conseguir um trabalho quando terminasse o curso ginásial. Mas fui informada que tinha o segundo grau. Mais 3 anos pela frente...

Foi então que eu soube da existência das universidades. Nunca tinha ouvido falar nisso. Meus irmãos e minhas irmãs foram abandonando a escola aos poucos. Eu teimava em continuar estudando. Decidi terminar o segundo grau e assim conseguir um emprego melhor, que não fosse um trabalho braçal. Já trabalhava desde os 7 anos: recolhendo sucata, vendendo verdura, vendendo frutas de porta em porta. As vezes distribuía panfleto do Cine Cianorte.

Vira e mexe eu tinha que abandonar a escola para trabalhar. Estudo não enche barriga de ninguém, ouvia com frequência.

Nessa época sabia que não havia lugar para mim naquela cidade. Não era parte daquele lugar. Vivia retraída sendo cobrada por não ter namoradinhas ou ter vida social. O máximo que eu conseguia fazer era ir ao cinema ou ir a alguma festinha com um pequeno grupo de “amigos” que fiz quando passei a estudar a noite. Sozinha só ia ao cinema mesmo. A sala escura me protegia.

Vir pra Curitiba foi uma chance de me construir como pessoa e como profissional. Foi aqui que descobri como o racismo e homofobia se manifestavam.

Disputar uma vaga de emprego era sempre um problema. Mesmo assim, 3 dias depois de chegar em Curitiba já estava empregada. Meu chefe me explicou tempos depois: você teve a mesma avaliação que outro candidato. Mas ele era branco e hétero. Não tinha as mesmas dificuldades de inserção que você, por isso te contratei e não me arrependo. Era uma ação afirmativa.

Morei em pensão. Passei os maiores perrengues da vida por falta de dinheiro. Em um mês emagreci 8 quilos.

Fiz curso de desenhista de propaganda no SENAC onde tive a maior média da turma e fui encaminhada para fazer teste numa agência de publicidade. Fui contratada. Trabalhei em quatro ou cinco agências de publicidade em Curitiba antes de ingressar na Escola de Música e Belas Artes do Paraná.

Durante 6 meses fiz curso de teatro pra vencer a timidez e por mais um ano atuei em um grupo de teatro amador. Isso me ajudou a encarar o público e aos poucos passei a sair sozinha a noite, conheci pessoas, muitas delas negras do movimento social que me falavam da importância de se ter uma formação acadêmica.

O curso de Licenciatura em Desenho me deu certeza que o magistério seria minha atividade profissional futura. Fiz uma especialização em História da Arte antes de começar a lecionar.

Quem dava aula era um professor, embora a Megg estivesse sempre presente. A Megg se materializava em outros espaços, embora fosse denunciada na escola pela sobancelha desenhada, as unhas compridas...

O magistério era uma oportunidade para discutir racismo, homofobia e outras formas de preconceito. Lecionei artes por 7 anos pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

Nesse período me aproximei mais ainda dos movimentos sociais de negras e negros onde a formação acadêmica sempre surgia como pauta e comecei a dar palestras sobre arte africana e afro-brasileira. Foi nesse ambiente que me vi em condições de fazer um mestrado.

Tentei ingressar no mestrado em educação da UFPR por 4 vezes. Nunca reprovei na prova escrita, mas a cada entrevista tinha certeza de que a academia era um espaço normatizador e normalizador.

Embora a Megg já estivesse consolidada, circulando por alguns espaços, não reivindiquei o tratamento no gênero feminino para ter mais chances de conseguir a vaga no mestrado. Isso só aconteceu em 2010.

Aos poucos a Megg foi ganhando forma no espaço acadêmico também o que me possibilitava incluir as discussões de gênero e raça de forma interseccional.

Ao sair do mestrado tinha certeza que tentaria o doutorado. Embora não estivesse muito segura, entrei no doutorado na primeira tentativa e tinha certeza do que iria discutir.

Minha trajetória de vida se misturava com minha trajetória acadêmica e aos poucos fui perdendo o medo e fui me mostrando por inteiro. Não era militância apenas. Era ciência também.

Em outubro de 2016 fiz teste seletivo para trabalhar como professora substituta da disciplina de Didática na UFPR. Fiquei muito satisfeita com o tratamento da banca e talvez por isso tenha conseguido aprovação. Em 2017 iniciei minha carreira como professora universitária nos cursos de licenciatura na UFPR.

Quando comecei a lecionar a tese já estava pronta e só aguardava a data da defesa. Depois da defesa do doutorado minha vida virou de pernas pro ar e passei a ser convidada para dar palestras e participar de eventos no país inteiro. Essa rotina segue até hoje e confesso que estou amando.

CGT - O que seria (r)existir para você, pensando como uma pessoa e persona pública, e suas representações nos mais diferentes espaços em que circula/convive?

Megg -Acho que é conseguir fazer uma leitura dos múltiplos espaços por onde circulamos e desenvolver estratégias para ocupar esses espaços de forma positiva. Em alguns momentos precisamos recuar, para poder tomar um fôlego e tomar as decisões de maneira adequada. Fiz isso inúmeras vezes.

É preciso saber manejar as ferramentas de quem pretende nos desqualificar.

Para poder circular nos espaços acadêmicos tive que aprender a fazer uso das bases teóricas que me eram impostas para depois questioná-las. Só é possível fazer um enfretamento quando estamos em pé de igualdade, do contrário ficaremos de fora.

É preciso também adotar uma forma de comunicação em que os múltiplos sujeitos, com formação acadêmica ou não, compreendam o que está sendo dito. Assim nossas pautas conseguem circular por espaços variados.

É preciso ainda ter uma escuta atenta, principalmente em relação aos movimentos sociais, mesmo porque eu circulo nos espaços de militância e meu debate não pode ser excludente.

CGT - Como se dá e se deu este “acerto de contas com o passado”, pensando em pessoas comumente excluídas/silenciadas nos mais diferentes espaços da escola?

Megg - Quando eu comecei a problematizar os problemas que eu enfrentei na escola, durante uma conversa de bar em Maringá com um professor gay da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e como eu havia conseguido transpor todos eles, a leitura desse rapaz foi a de que eu estava fazendo um acerto de contas com o passado. Eu não tinha pensado nisso até então.

Esse acerto de contas foi sendo construído no momento em que eu decidi ficar na escola, mesmo sofrendo inúmeras perseguições. A escola me dizia o tempo todo que aquele espaço não era pra mim e mesmo assim eu teimava em continuar ali. À medida que eu fui me construindo academicamente eu fui chamando essa escola para uma conversa ao pé do ouvido.

Eu fui apontando sua forma violenta de tratar com as pessoas negras, LGBTs, pobres, deficientes, etc., e como essa mesma escola consegue se colocar como um espaço de acolhimento.

Quando eu falo da escola, também coloco em discussão as pesquisas sobre educação produzidas pelas universidades que pouco ou quase nada discute a respeito dessas exclusões.

Quando se utiliza o conceito de evasão escolar, por exemplo, a academia transfere a responsabilidade para a pessoa que foi expulsa do sistema formal de ensino, desconsiderando todas as práticas discriminatórias que estão em operação.

Fazer esse acerto de contas com o passado é denunciar essas formas violentas de exclusão e reivindicar a construção de uma escola que seja plural, humana, acolhedora....

CGT - A interseccionalidade, enquanto categoria de análise e uma epistemologia, se tornou um elemento central de sua tese. Em que aspectos a interseccionalidade, na sua opinião, permite problematizar efetivamente questões tão estruturais/estruturantes na sociedade brasileira (especialmente para a escola), como o racismo, os sexismos, a misoginia, questões de classe social/econômica e as lgbtfobias?

Megg - A interseccionalidade é vivenciada cotidianamente pelas pessoas, porém o rigor acadêmico fragmentou os debates e apenas um marcador social passou a ser considerado na maioria das pesquisas, inclusive sobre educação.

Essa fragmentação contribuiu para que os estudos das relações étnico-raciais fossem estruturados a partir de uma cisgeneridade heterossexual normativa, assim como os estudos de gênero passaram a confirmar que todas as pessoas LGBTs são brancas.

Assim, a interseccionalidade surge como uma categoria de análise muito potente, pois permite que mais de um marcador social possa ser considerado numa pesquisa e os sujeitos sociais podem ser apresentados de forma mais completa.

Penso que a interseccionalidade possibilita que outras discussões ganhem mais consistência ao trabalhar numa lógica da soma e não da fragmentação. É uma grande oportunidade para se discutir privilégios, por exemplo.

Fomos ensinados e ensinadas a recortar nossas pesquisas de maneira que os sujeitos sociais fossem totalmente descaracterizados, apresentados com uma única das muitas características que os constituem. Somos multifacetados/as e a interseccionalidade permite que sejamos apresentados/as dessa maneira.

CGT – Na sua opinião, qual o papel da escola/universidade para minimizar os preconceitos?

Megg - A primeira grande dificuldade dos espaços educacionais é acreditar na existência do preconceito. Via de regra acreditam na diferença de classe e nada mais.

Durante meu processo de doutoramento, minha pesquisa foi questionada várias vezes por professoras e professores brancos, cisgêneros, heterossexuais que não acreditam na existência do racismo e da LGBTfobia. O tempo todo evidenciavam em seus debates e nas suas bases teóricas posições meritocráticas.

Para reverter essa situação é preciso mudar a base curricular que formam profissionais da educação e fazer esse debate de forma recorrente.

Mas para fazer esse debate também é preciso que tenhamos um corpo docente comprometido e isso não vai acontecer da noite pro dia. Ou seja, acredito que a presença de profissionais negros e LGBT atuando como professores/as nos cursos de licenciatura deva permitir essa mudança. Mas a pergunta é: como formar doutoras e doutores negros/as e LGBT? Como fazer com que esses doutores e doutoras consigam aprovação em concursos públicos?

Uma outra possibilidade é estreitar o diálogo com os movimentos sociais e colocar em debate situações de preconceito nos espaços educacionais.

CGT - O que mudou (e não mudou) para você, depois de ser uma das primeiras doutoras e professoras travestis brasileiras?

Megg - Primeiro minha autoestima, a maneira como me vejo e como sou vista em muitos lugares. Consigo me mover com mais segurança pela maioria dos espaços. Por outro lado, me cobro muito mais, pois se criou uma expectativa a meu respeito.

Porém tenho a consciência que sou doutora e professora somente em espaços específicos e que é o meu título que autoriza minha presença. Quando saio à rua continuo sendo uma travesti preta que pode ser atacada a qualquer momento. Mesmo assim faço questão de não recuar.

CGT – Vemos uma onda crescente de intolerância e ódio no país, especialmente com o alcance das redes sociais. Odeia-se simplesmente porque a pessoa é diferente, pensa diferente, se veste diferente, se sente diferente, ama diferente do que se construiu/constituiu como normal. Como você vê a situação das pessoas

negras na atual conjuntura brasileira? Como esta(s) situação(ões) se aproxima(m) e se diferencia(m) das opressões vividas pelas pessoas LGBTI+?

Megg - O racismo e a LGBTfobia sempre existiram e sempre foram um obstáculo para acessar determinados espaços, como o sistema formal de ensino e o mercado de trabalho. Atualmente as pessoas racistas e LGBTfóbicas estão mais à vontade para explicitar seu ódio em função do avanço dos grupos de direita.

O ódio aumenta à medida que as pessoas historicamente excluídas passam a ocupar espaços, reivindicam direitos e se recusam a recuar. É uma situação de embate, de enfretamento. Por outro lado, esses mesmos discursos de ódio se justificam como a simples exposição de uma opinião e que não teriam por finalidade a desqualificação.

No período eleitoral foram inúmeras as situações de ataques as populações negras e LGBTs e ainda assim candidaturas com esses posicionamentos foram eleitas, inclusive para a presidência da república.

Em decorrência desse cenário, fala-se muito em resistência, mas do ponto de vista concreto não acredito que as pessoas queiram abrir mão dos seus privilégios para encamparem lutas contra o racismo e/ou contra a LGBTfobia.

Já estamos vivendo um retrocesso, principalmente no campo da educação dada a vigilância empreendida contra professores e professoras. Muitos profissionais da educação têm utilizado essa vigilância para deixarem de lado temas importantes como a cultura africana e afro-brasileira, bem como debates sobre gênero e sexualidade.

Para fazer frente a essa situação seria necessária uma mobilização com pautas interseccionais, mas não acredito que isso ocorra. O movimento social de negras e negros vai continuar pautando o racismo e o movimento LGBT a LGBTfobia. Isso enfraquece as lutas pois são colocadas como específicas e não o resultado de uma perseguição que tem as mesmas bases.

Quando faço meu debate sobre racismo e LGBTfobia eu procuro buscar suas origens e ambas surgem as perseguições da Igreja, do Estado e da Ciência, praticamente no mesmo período e sob as mesmas justificativas. Infelizmente os sujeitos vítimas dessas perseguições ainda não se aperceberam disso e continuam lutando de forma isolada contra um inimigo comum.

CGT – O que você deseja para o futuro seu e do país?

Megg - Quero uma sociedade plural, com equidade de gênero e raça, onde possamos expressar nossas existências de forma plena. Quero um sistema educacional democratizador onde os múltiplos sujeitos que se movem por outros espaços possam acessá-lo, seja na condição discente ou docente.

Quero uma sociedade onde os direitos sejam respeitados e que as pessoas trans possam vivenciar suas expressões de gênero sem a necessidade da tutela do Estado. Quero uma sociedade onde as pessoas negras e LGBTs tenham direito a infâncias seguras, que possam se mover por todos os espaços sem que sejam ameaçadas.

Quero um mercado de trabalho inclusivo...

Quero pessoas negras e LGBTs ocupando cargo públicos....

Quero que as pessoas historicamente excluídas se conscientizem de sua força política e se organizem e lutem para modificar essa situação.

E por fim, eu, Megg Rayara espero ser nomeada professora adjunta da UFPR e construir uma carreira como professora e pesquisadora.

CGT – Esperamos que seus sonhos se tornem realidade, pois desejamos uma sociedade mais justa, democrática e com um olhar interseccional/acolhedor para as diferenças.

Obs: Megg foi nomeada professora adjunta da UFPR no dia 09 de maio de 2019. Mais um sonho realizado por Megg!

Recebido: 02 jul. 2019.

Aprovado: 02 jul. 2019.

DOI: 10.3895/cgt.v12n40.10313

Como citar:

FERREIRA, Michel Alves; CASAGRANDE, Lindamir Salete. Megg Rayara Gomes de Oliveira fala aos Cadernos de Gênero e Tecnologia. *Cad. Gên. Tecnol.*, Curitiba, v.12, n. 40, p. 05-12, jul./dez. 2019.

Correspondência: Av. Sete de Setembro, 3165, 80230-901, Curitiba, Paraná, Brasil.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

